



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

As ações, realizações e resultados operacionais expostos neste relatório dão a medida exata de uma Companhia em constante processo de atualização e inovação. Em sintonia com a estratégia de negócios do Sistema Petrobras, demos novos e decisivos passos para assegurar a logística de transporte adequada e conveniente

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) a cada ano se consolida como o principal impulsionador da nossa moderna indústria naval e da nova Marinha Mercante brasileira. Terminamos 2012 com sete navios lançados ao mar, dos quais três já em operação pleno e o quarto prestes a iniciar as operações. O setor naval, que virou o século em crise, oferece hoje mais de 60 mil postos de trabalho.

Ao criarmos escala, por meio do volume de encomendas, para que a indústria naval pudesse se reestruturar, em bases modernas e competitivas, viabilizamos, também, a criação de novos estaleiros no País.

Em 2012, os avanços nesta área foram significativos: o novo Estaleiro Rio Tietê, em São Paulo, começou a construir para a Transpetro as primeiras embarcações que vão transportar etanol através da Hidrovia Tietê-Paraná. Este é um exemplo de como se pode aproveitar, em larga escala, o imenso potencial logístico

Na mesma perspectiva, o Estaleiro STX Promar, em Pernambuco - outro projeto materializado pelo Promef terminou 2012 com mais de 60% de sua implementação concluída, devendo ser inaugurado em 2013. As obras do primeiro dos 8 navios gaseiros contratados ao estaleiro pelo Promef já foram iniciadas.

Com o Promef, o Sistema Petrobras voltou a encomendar navios a estaleiros brasileiros. O programa permite ao Brasil readquirir a sua soberania marítima, num mundo em que mais de 80% do comércio mundial são feitos por mar - no Brasil, esse número chega a 95%. O País foi reinserido no mapa da indústria naval mundial. Depois de décadas de crise, já temos a quarta maior carteira mundial de encomendas de navios.

A frota da Transpetro, que se encontrava na curva da morte, voltou a crescer e fechou o ano com 60 navios.

Com a entrega dos primeiros navios, o Promef cumpre suas duas primeiras premissas: construir os navios no Brasil e atingir índices de nacionalização superiores a 65%. Nosso foco, agora, é buscar a terceira, e mais importante, premissa, que é a busca pela competitividade internacional. Para isso, implantamos, em 2012, o Setor de Acompanhamento da Produção (SAP), que vai encontrar soluções para melhorar a produtividade dos estaleiros brasileiros.

Da mesma forma, a implantação da Academia Marítima Transpetro é a contribuição da Companhia para acelerar a qualificação de pessoal especializado necessário às guarnições dos navios da nova frota mercante brasileira. Os avanços e conquistas da nossa logística em terra merecem, igualmente, destaque. Batemos o recorde de

movimentação em nossa malha de gasodutos, atingindo a média de 60,7 milhões de metros cúbicos por dia. Em 8 de dezembro, chegamos ao volume histórico de 80,7 milhões de m³ de gás movimentado. O lançamento do Programa Falha Zero aumentou a nossa já alta confiabilidade nas operações de transporte de gás natural. Sempre em busca de novos nichos de negócios, iniciamos a operação do Sistema de Paraxileno, no Porto de Suape, em Pernambuco, primeiro ativo terrestre próprio da Transpetro. Iniciamos a pré-operação de dutos do Terminal de Barra do Riacho, que vai escoar petróleo dos campos marítimos do litoral do Espírito Santo. Também nos preparamos, devidamente, para iniciar a movimentação do diesel S-10, que ajudará a reduzir a emissão de poluentes na atmosfera.

Inovação, capacitação, treinamento permanente, atualização tecnológica são diretrizes que movem nossas operações. Desenvolvemos, por exemplo, em 2012, os simuladores marítimo e portuário, ferramentas modernas de treinamento para a operação em plataformas de petróleo e portos.

O Programa Inovar estimula, com excelentes resultados, a capacidade criativa da força de trabalho, no sentido de buscar soluções para tornar nossas operações mais eficientes e rentáveis. Em 2012 recebemos mais de

150 ideias, algumas premiadas e já implantadas. A força de trabalho cresce no mesmo ritmo da nossa expansão. Em 2012, 799 novos empregados foram admitidos em concursos públicos, sendo 501 para o quadro de terra e 298 para o quadro de mar.

A excelência do nosso quadro profissional é expressa pelos resultados alcançados. A receita operacional líquida teve alta de 13,5% com relação a 2011, chegando a R\$ 5,906 bilhões. O lucro líquido cresceu 13%, atingindo

Em 2013, completamos 15 anos de conquistas, que só foram possíveis graças à dedicação e determinação da força de trabalho da Companhia. Como em uma família, nos unimos para buscar soluções e superar desafios. O Brasil se desenvolveu e se modernizou, em meio a um notável progresso social. A Transpetro se orgulha de ter contribuído para essa trajetória vitoriosa e vem se preparando cuidadosamente para enfrentar novos desafios. Com a mesma competência, dedicação e ousadia, partiremos para novas conquistas em 2013.

> Sergio Machado Presidente da Transpetro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

lhares de reais

					Em mil
		Co	ntroladora	Co	nsolidado
Ativo	Nota	2012	2011	2012	2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber	6	457.009	413.522	634.425	552.574
Clientes	8	24.139	9.099	24.139	9.099
Provisão para créditos de liquidação.duvidosa	8	(4.319)	(3.124)	(4.319)	(3.124)
Controladora, controladas e ligadas	8 e 9	736.148	727.256	709.359	716.769
Adiantamento a fornecedores		12.934	9.496	18.523	15.100
Sinistros avisados		36.630	18.372	40.279	20.472
Estoques		30.446	9.899	30.446	9.899
Impostos a recuperar	10	38.168	71.864	38.414	71.864
Despesas antecipadas		1.836	6.067	31.708	26.791
Outros ativos circulantes		39.690	39.665	39.690	39.686
		1.372.681	1.302.116	1.562.664	1.459.130
Vão circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	52.068	46.878	52.068	46.878
Adiantamento para futuro aumento de capital	9 e 17	265.806			
Imposto de renda e contribuição social					
diferidos	11	46.700	45.397	46.700	45.397
Adiantamentos a fornecedores		93.974	77.909	93.974	77.909
Outros realizáveis a longo prazo		40.974	<u>31.718</u>	40.974	31.719
		499.522	201.902	<u>233.716</u>	201.903
Investimentos	12	239.466	137.303		
Imobilizado	13 e 27	4.162.484	3.438.303	4.506.603	3.439.870
Intangível		14.096	20.188	14.097	20.188
		<u>4.416.046</u>	3.595.794	4.520.700	3.460.058
Total do ativo		<u>6.288.249</u>	<u>5.099.812</u>	<u>6.317.080</u>	<u>5.121.091</u>
		A = ==	too oveliooti		iniatro a a a a a

do rodio							
		Со	ntroladora	Consolidad			
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011	2012	2011		
Circulante							
Financiamentos	27	45.827	_	45.827	_		
Fornecedores		253.151	380.016	266.676	389.808		
Contas a pagar a controladora e ligadas	9	151.769	212.070	163.848	223.557		
Impostos e contribuições sociais a recolher	14	124.163	100.154	127.373	100.154		
Provisão para imposto de renda e contribuição social		41.951	6.189	41.951	6.189		
Dividendos	18	164.721	147.084	164.721	147.084		
Salários e encargos sociais a recolher		18.918	36.559	18.935	36.559		
Provisão de férias		10.386	7.817	10.386	7.817		
Provisão para participação de empregados	21	64.467	89.730	64.467	89.730		
Demais contas e despesas a pagar		15.539	10.618	15.539	10.618		
Receitas a apropriar		2.473	<u>760</u>	2.473	<u>760</u>		
		<u>893.365</u>	990.997	<u>922.196</u>	<u>1.012.276</u>		
Não circulante							
Financiamentos	27	1.384.249	799.234	1.384.249	799.234		
Impostos e contribuições sociais diferidos	11	51.724	49.343	51.724	49.343		
Provisão para contingências	15	21.844	16.823	21.844	16.823		
Receitas a apropriar		2.069	2.382	2.069	2.382		
Passivo atuarial	16	<u>29.230</u>		<u>29.230</u>			
		<u>1.489.116</u>	<u>867.782</u>	<u>1.489.116</u>	867.782		
Patrimônio líquido							
Capital realizado	18	2.946.300	2.464.466	2.946.300	2.464.466		
Reserva de capital	18	5.792	5.792	5.792	5.792		
Reservas de lucros	18	953.018	787.103	953.018	787.103		
Ajustes de avaliação patrimonial	18	<u>658</u>	(16.328)		(16.328)		
		3.905.768	3.241.033	3.905.768	3.241.033		
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.288.249</u>	<u>5.099.812</u>	<u>6.317.080</u>	<u>5.121.091</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	2012	2011	2012	<u> </u>
Receita operacional líquida	22	5.342.183	4.924.650	5.905.663	5.204.130
Custo dos serviços prestados	23	(3.478.741)	(3.231.651)	(3.983.155)	(3.492.957)
Lucro bruto		1.863.442	1.692.999	1.922.508	1.711.173
Despesas operacionais					
Vendas	23	(30.535)	(26.277)	(30.535)	(26.277)
Gerais e administrativas		, ,	, ,	, ,	, ,
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração		(7.509)	(6.795)	(7.509)	(6.795)
De administração	23	(713.064)	(601.903)	(715.259)	(601.957)
Tributárias		(30.738)	(27.390)	(30.738)	(27.390)
Outras despesas operacionais	24	(60.432)	(37.851)	(59.572)	(38.607)
		(842.278)	(700.216)	(843.613)	(701.026)
Participação em controlada	12	55.244	17.859		
Lucro antés do resultado financeiro		1.076.408	1.010.642	1.078.895	1.010.147
Receitas financeiras	25	62.999	64.179	63.792	64.990
Despesas financeiras	25	(40.967)	(8.088)	(41.002)	(8.104)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		5.228	<u>(31.034</u>)	5.202	<u>(31.334</u>)
		27.260	25.058	27.992	25.552
Lucro antes da contribuição e do imposto de renda		1.103.668	1.035.699	1.106.887	1.035.699
Imposto de renda	11	(238.562)	(231.628)	(241.781)	(231.628)
Contribuição social	11	(90.294)	(84.850)	(90.294)	(84.850)
Lucro antes das participações dos empregados		774.812	719.221	774.812	719.221
Participações dos empregados	21	(64.166)	(89.730)	<u>(64.166</u>)	(89.730)
Lucro líquido do exercício		710.646	629.491	710.646	629.491
Lucro por ação básico - R\$	19	0,27	0,28		
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	18	2.946.300	2.464.466		

DEMONSTRAÇOES DO RESULTADO ABRANGENTE **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	710.646	629.491	710.646	629.491
Ajuste de conversão de investimento no exterior	16.986	17.927	16.986	17.927
Total do resultado abrangente do exercício	727.632	647.418	727.632	647.418
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

				(ட	iai es de l'e	ais)					
			Reserva de capital				Reserva	s de lucros			
		Capital	Incentivos		Lucros a	Incentivos	Dividendo	Retenção	Lucros	Ajustes de avaliação	
	<u>Nota</u>	social	fiscais	Legal	<u>realizar</u>	fiscais	adicional proposto	de lucros	<u>acumulados</u>	patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		2.072.466	5.792	190.224	1.239	11.771	264.279	147.588	_	(34.255)	2.659.104
Ajuste de conversão de investimento no exterior		_	_	_	_	_	_	_	_	17.927	17.927
Aumento de capital conf. AGE de 29/07/2011	18	392.000	_	_	_	_	_	_	_	_	392.000
Dividendos adicional proposto		_	_	_	_	_	(218.153)	(46.126)	_	_	(264.279)
Dividendos complementares pago conf. AGO		_	_	_	_	_	(46.126)	_	_	_	(46.126)
Lucro líquido do exercício		_	_	_	_	_		_	629.491	_	629.491
Destinação do lucro											
Reserva legal		_	_	31.475	_	_	_	_	(31.475)	_	_
Reserva de incentivos fiscais		_	_	_	_	9.681	_	_	(9.681)	_	_
Reserva de retenção de lucros		_	_	_	_	_	_	229.415	(229.415)	_	_
Dividendos adicional proposto		_	_	_	_	_	211.836	_	(211.836)	_	_
Dividendos mínimos obrigatórios							<u>_</u>		(147.084)		(147.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	18	2.464.466	5.792	221.699	1.239	21.452	211.836	330.877	_	(16.328)	3.241.033
Ajuste de conversão de investimento no exterior		_	_	_	_	_	_	_	_	16.986	16.986
Aumento de capital conf. AGE de 20/08/2012:											
Integralização	18	358.920	_	_	_	_	_	_	_	_	358.920
Reserva de incentivos fiscais	18	21.452	_	_	_	(21.452)	_	_	_	_	_
Reserva de retenção de lucro	18	101.462	_	_	_		_	(101.462)	_	_	_
Dividendos adicional proposto	18	_	_	_	_	_	(211.836)	(45.260)	_	_	(257.096)
Lucro líquido do exercício		_	_	_	_	_	` _^	`	710.646	_	710.646
Destinação do lucro											
Reserva legal	18	_	_	35.533	_	_	_	_	(35.533)	_	_
Reserva de incentivos fiscais	18	_	_	_	_	16.228	_	_	(16.228)	_	_
Reserva de retenção de lucros	18	_	_	_	_	_	_	402.225	(402.225)	_	_
Dividendos adicional proposto		_	_	_	_	_	91.939	_	(91.939)	_	_
Dividendos mínimos obrigatórios									<u>(164.721</u>)		(164.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18	2.946.300	5.792	257.232	1.239	16.228	91.939	586.380		658	3.905.768
	A	notas explica	ativas da admir	nistração sã	o parte integi	rante das dem	onstrações contábeis.				







CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Con	<u>troladora</u>	Cor	<u>isolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011	
Atividade operacional					
Lucro líquido do exercício	710.646	629.491	710.646	629.491	
Ajustes					
Participação em empresa controlada	(55.244)	(17.859)	_	_	
Depreciação e amortização		195.214	280.785	209.053	
Valor residual de bens baixados do permanente	46.930	7.197	46.930	7.197	
Variações financeiros sobre empréstimos e financiamentos	33.606	5.834	33.606	5.834	
Variação cambial sobre operações com empresas do sistema	(35.614)	(679)	(35.942)	(679)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.078	21.995	1.078	21.995	
Provisão para devedores duvidosos (constituição/reversão)	1.195	181	1.195	181	
Provisão para contingências	5.021	17	5.021	17	
Provisão atuarial com plano de pensão	29.230	_	29.230	_	
Outros ajustes	41	_	5.103	2.052	
Variações nos ativos e passivos					
Redução (aumento) de contas a receber de CP e LP	(15.040)	(409)	(15.040)	(409)	
Redução (aumento) de estoques	(20.548)	(4.565)	(20.548)	(4.565)	
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores - CP	(3.438)	(5.884)	(3.424)	(11.487)	
Redução (aumento) de outros ativos circulante	(18.283)	(19.424)	(19.810)	(12.066)	
Redução (aumento) de outros ativos não circulante	_	7	_	7	
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(9.254)	(10.941)	(9.254)	(10.941)	
Redução (aumento) de despesas antecipadas		1.303	(4.917)	(6.363)	
Redução (aumento) de títulos e valores imobiliários		77.295	(107.219)	77.023	
Aumento (redução) de fornecedores	(124.319)	36.830	(120.586)	40.263	
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições					
de CP e LP	102.013	24.725	94.617	24.725	
Aumento (redução) de salários, férias e encargos	(15.071)	23.032	(15.055)	23.032	
Aumento (redução) de PLR	(25.263)	(8.270)	(25.263)	(8.270)	
Aumento (redução) de receita diferida	1.398	3.143	1.398	3.143	
Aumento (redução) de outros passivos circulante	85.944	35.654	96.304	35.654	
Aumento (redução) de outros passivos não circulante	(69.071)	_	(69.071)	_	
Redução (aumento) de operações de CP e LP com Emp.					
do Sistema - C. a receber	(8.892)	(150.209)	7.410	(145.381)	
Aumento (redução) de operações de CP e LP com Emp.					
do Sistema - C. a pagar		<u>(53.271</u>)			
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	804.858	713.112	914.705	743.823	
Atividade de financiamento					
Empréstimos e financiamentos de terceiros	204.688	203.660	204.688	203.660	
Amortização principal - Financiamentos de terceiros	(5.399)	_	(5.399)	_	
Amortização de juros de terceiros	(8.517)	_	(8.517)	_	
Pagamento/recebimento de obrigação de contratos com					
transferência de benefícios riscos e controles de bens	_	(27.462)	_	(27.462)	
Dividendos pagos	<u>(65.759</u>)	(70.822)	(65.759)	(70.822)	
Recursos líquidos provenientes da atividade de					
financiamento	<u> 125.013</u>	<u> 105.376</u>	<u> 125.013</u>	<u> 105.376</u>	
Atividade de investimento					
Aquisição de bens imobilizado	(881.194)	(797.817)	(957.434)	(831.439)	
Títulos e valores mobiliários					
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento		(803.200)	(962.624)	(836.822)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	43.487	15.288	77.094	12.377	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	413.522	<u>398.234</u>	<u>552.574</u>	524.322	
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa			4.757	<u> 15.875</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		413.522	634.425	552.574	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	43.487	<u>15.288</u>	77.094	12.377	
As notas explicativas da administração são parte integra	ante das de	monstraçõe	es contábeis	S.	
		,			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

		onsolidado		
Deseites	2012	2011	2012	2011
Receitas	0.070.400	F 750 057	0.005.007	0.007.007
Vendas de serviços		5.758.357	6.835.887	6.037.837
Outras receitas operacionais	57.876	39.642	57.876	39.642
Receitas relacionadas a construção de ativos				
para uso		903.090	1.319.338	929.683
(–) Provisão devedores duvidosos	(1.195)	(181)	(1.195)	(181
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de Terceiros				
Materiais consumidos		(303.016)	` ,	(322.758)
Energia, serviços de terceiros e outros		,	(1.776.449)	(913.460)
Créditos fiscais sob materiais consumidos	(6.158)	(6.453)	(6.158)	(6.453)
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros				
e outros				
Valor adicionado bruto	4.287.903	3.828.042	4.695.583	4.007.650
Retenções				
Depreciação e amortização	(243.862)	(195.214)	(280.785)	(209.053)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.044.041	3.632.828	4.414.798	3.798.597
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	55.244	17.859		
Receitas financeiras - receita financeira e receita de				
variações monetárias e cambiais	110.442	83.705	121.023	79.593
•	165.686	101.564	121.023	79.593
Valor adicionado total a distribuir	4.209.727	3.734.392	4.535.821	3.878.190
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Pessoal e encargos	808.187	653.072	808.187	653.072
Participações de empregados	64.166	89.730	64.166	89.730
Honorários da diretoria e conselho de administração	7.509	6.795	7.509	6.795
Mão de obra adicional	529.076	482.365	529.076	482.365
Vantagens (alimentação transportes e outros)	202.627	145.674	202.927	146.006
FGTS	47.267	36.882	47.267	36.882
	1.658.832	1.414.518	1.659.132	1.414.850
Entidades governamentais	1.000.002		1.000.102	
Impostos contribuições federais	756.389	649.860	756.389	649.860
Impostos contribuições estaduais		259.217	299.104	259.217
Impostos contribuições municipais		65.466	75.261	65.466
Imposto renda e contribuição social diferido		22.102	1.078	22.102
imposto renda e contribuição social diferido	1.131.832	996.645	1.131.832	996.645
Instituições financeiras	1.131.032	330.043	1.131.032	390.043
Despesas financeiras e aluquéis	708.417	693.738	1.034.211	837.204
Acionistas	700.417	033.736	1.004.211	001.204
Lucros retidos	545.925	482.407	545.925	482.407
Dividendos			164.721	482.407 147.084
Resultado do exercício		147.084		
		629.491	710.646	629.491
Valor adicionado total distribuído		3.734.392	4.535.821	3.878.190
As notas explicativas da administração são parte	integrante da	as demonstra	ições contabe	eis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais de reais, exceto quando mencionado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro ("Companhia") foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritária ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 99% das operações comerciais da Companhia são realizadas com as Empresas do Sistema Petrobras.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que foram mensu-

Para fins de comparabilidade foram efetuadas as seguintes reclassificações no balanço patrimonial da Companhia, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2011: Montante de R\$ 8.194 referente a depósitos para incentivos fiscais registrados anteriormente no ativo cir-

- culante, no grupo de títulos e valores mobiliários, para o ativo não circulante, no grupo de títulos e valores mobiliários de longo prazo.
- · Montante de R\$ 31.719 referente a depósitos judiciais registrados anteriormente no grupo de outros ativos circulantes para o grupo de outros realizáveis a longo prazo.

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs): e

(b) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo (Transpetro e suas controladas), essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas no conjunto de demonstrações contábeis. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Adminis-

tração em 30 de janeiro de 2013. (c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os possíveis efeitos da revisão reconhecidos no presente exercício e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão

(c.1) Contas a receber

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota explicativa nº 8.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(c.2) Recuperação estimada de ativos imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios, os tanques de armazenagem de óleo e os demais relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF.

A avaliação do impairment dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável

A premissas utilizadas para fins de avaliação de impairment estão apresentadas de forma detalhada na Nota explicativa nº 13

(c.3) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro. As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na Nota explicativa nº 11.

(c.4) Provisão para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas e cíveis. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota explicativa nº 15. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados

(c.5) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos de alta qualidade, sendo estes mantidos em moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota explicativa nº 16.

(d) Conversão de moeda estrangeira Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores, contas a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como seque

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento
- da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas
- das operações, e. nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial"

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(b.1) Reconhecimento e mensuração

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado de, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, classificado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Vide Nota explicativa nº 28.

(b.2) Impairment de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento dé perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

(c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Estes valores são apresentados líquidos da respectiva provisão para devedores duvidosos, que é constituída para os valores de terceiros, vencidos há mais de 180 dias, para os quais não haja expectativa clara de recebimento.

(d) Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações da Companhia são apresentados ao custo médio de aquisição, que não excedem os valores de mercado e/ou de reposição.

(e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo, e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas

(f) Demais ativos circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais, quando aplicável

(g) Investimento em controlada

A participação em controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2012. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. Os ativos incluem os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis a aquisição e perdas por não

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício

Os gastos relevantes com manutenção dos ativos relevantes (ex. navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios campanha até a próxima manutenção relevante.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

As Benfeitorias em Bens de Terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade da Petrobras, mantidos pela Transpetro para uso na operação. Tais benfeitorias aumentam o uso do bem para campanha adicional e foram contabilizados da seguinte forma:

- · Benfeitorias cujas obras foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Benfeitoria em Bens de Terceiros'
- Benfeitorias cujas obras ainda não foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Obras em Andamento"

(i) Arrendamento mercantil

A Companhia classifica seus contratos como leasina financeiro ou operacional com base na substância do contrato, independentemente de sua forma. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo

(i.1) Arrendamento financeiro

Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. A substância econômica dos bens é reconhecida no imobilizado, com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo, é depreciada pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(i.2) Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos, linearmente, como despesas no demonstrativo de resultados pelo prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Está avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda para redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia.

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com licença, direito de uso e desenvolvimento de

(k) Redução ao valor recuperável (ativos não financeiros)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC")

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo

Os saldos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

(n) Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência

(o) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação

(p) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Até dezembro de 2011, os custos do patrocínio do plano de pensão da Transpetro, na modalidade de Contribuição Definida, foram equivalentes à contribuição ordinária mensal dos participantes não gerando déficits (superávits) para o plano. A partir de dezembro de 2011 a Transpetro aderiu ao Plano Petros 2 na modalidade de contribuição mista.

Plano de contribuição variável (Plano Petros 2)

Nesse plano a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposto a menos riscos.

No Plano Petros 2 o benefício é desvinculado do INSS, o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da Previdência Oficial. A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.

(q) Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

A partir do exercício de 2010, as empresas obrigadas a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro pela sistemática do Lucro Real, passaram adotar o Regime Tributário de Transição - RTT. Com a adoção do RTT, são eliminados os efeitos contábeis das Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, nas apurações fiscais (Nota explicativa nº 11).

(r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, guando há efeitos relevantes. são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

(s) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstracões contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

(t) Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas com base nos períodos em que as embarcações estão à disposição da Petrobras e nos volumes de petróleo, derivados e de gás em geral transportados, e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os bens ou os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Transpetro e de sua controlada integral Fronape International Company - FIC, localizada nas Ilhas Cayman e de sua controlada indireta integral Fronape International Company BV - FIC BV, localizada em Roterdam na Holanda. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas controladora e controlada

O investimento na FIC e FIC BV está sendo mensurado de acordo com o método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo sua natureza, complementada por

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

5. NORMAS NOVAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO **EM VIGOR**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- IAS 19 "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações contábeis da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida.
- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9 uma vez que a norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 "Demonstrações Contábeis Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36 (R3) -"Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações contábeis consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de ianeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação
- IFRS 13 "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Cor	<u>itroiadora</u>	<u></u>	<u>msonaaao</u>	
	2012	2011	2012	2011	
Caixa e bancos	39.089	8.836	71.438	9.200	
Aplicações financeiras - cotas do FIDC	417.919	404.686	417.920	404.686	
Aplicações financeiras no exterior			145.067	138.688	
	457.009	413.522	634.425	552.574	

O excedente de caixa da Controladora encontra-se aplicado no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Este fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco, é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não "performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Petrobras e suas subsidiárias. Em 2012 a rentabilidade anual deste fundo foi de 8,41% (11,59% em 2011) equivalente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras efetuadas no exterior, em dólar norte-americano e euro, através da FIC - Fronape International Company e Fronape International Company BV - FIC BV, são administradas pelo Bank of America, Banco do Brasil New York e Deutsche Bank respectivamente rentabilizaram, em média, 0,58% em 2012 (0.61% em 2011).

A Companhia classificou seus fundos de investimentos como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores registrados em Títulos e Valores Mobiliários, representavam, em sua maioria, valores dados em garantia e bloqueios judiciais, tais como:

	Controladora e consolida				
Longo prazo	2012	2011			
Bloqueios judiciais - FIDC (i)	40.357	38.644			
Depósitos para incentivos fiscais - Reinvestimento (ii)	11.691	8.194			
Outros	20	40			
	52.068	46.878			

(i) Bloquejo de cotas financeiras aplicadas no fundo de investimento do sistema Petrobras - FIDC (vide Nota explicativa nº 6) para fazer face às demandas judiciais mantidas pela Companhia (Nota explicativa nº 15).

(ii) Depósitos em garantia efetuados junto ao Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, relativos a incentivos fiscais de reinvestimento por projetos em andamento junto a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - "SUDENE" e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - "SUDAM"

8. CONTAS A RECEBER

	Con	troladora	Consolidado		
Clientes	2012	2011	2012	2011	
Terceiros	24.139	9.099	24.139	9.099	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.319)	(3.124)	(4.319)	(3.124)	
	19.820	5.975	19.820	5.975	
Partes relacionadas (Nota 9)	736.148	727.256	709.359	716.769	
	<u>755.968</u>	733.231	729.179	722.744	
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvi	idosa				
Controladora a consolidado			2042	2044	

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Controladora e consolidado	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	(3.124)	(2.943)
Adições (i)	(1.195)	(186)
Baixas		
Saldo em 31 de dezembro	(4.319)	(3.124)
(i) Fra 2011 a Company is contability and results and results are about	- 1-4	100 4:

(i) Em 2011 a Companhia contabilizou provisão para perdas de recebíveis em aberto há mais de 180 dias com as empresas Construtora Empreendimentos, Rezende Moraes e Rodrigues e M.C. Longo Ferreira. Em 2012, com base no mesmo critério, foi efetuado o provisionamento dos valores em aberto com as empresas, tendo como valores mais relevantes as empresas Laginha Agroindustrial no montante de R\$ 813 e Construtora Empreendimentos no montante de R\$ 290.



Controladora

Controladora

Movimentação



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

9. PARTES RELACIONADAS

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Petróleo Bra- sileiro S.A. - Petrobras		Fronape Internacional Company BV	PNBV	Petrobras Distribuidora S.ABR	REFAP	TAG	TBG	Termomacaé energia	Demais empresas	2012	<u>2011</u>
Controladora		-								-		
Receitas operacionais por prestação de serviços	5.876.869	_	_	_	19.464	35.427	280.223	75	_	3.599	6.215.657	5.708.571
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(539.864)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	(539.864)	(512.641)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros		_	_	_	(19.794)	_	_	_	_	_	(19.794)	(21.104)
Adiantamento para futuro aumento de capital	_	_	265.806	_		_	_	_	_	_	265.806	
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	654.336	13.116	25.404	_	4.027	_	38.984	281	_	_	736.148	727.256
Custo de pessoal cedido	(528.030)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	(528.030)	(481.498)
Contas a pagar	(133.884)	_	(2.293)	_	(7.570)	_	_	_	(5.903)	(2.119)	(151.769)	(212.070)
Consolidado												
Receitas operacionais por prestação de serviços	6.105.043	_	_	335.305	19.464	35.427	280.223	75	_	3.599	6.779.136	5.988.051
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(539.864)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	(539.864)	(512.641)
Custo dos serviços prestados-lubrificantes e outros		_	_	_	(19.794)	_	_	_	_	_	(19.974)	(21.104)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	655.598	_	_	10.468	` 4.027 [′]	_	38.984	281	_	_	709.359	716.769 [°]
Custo de pessoal cedido	(528.030)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	(528.030)	(481.498)
Contas a pagar	(140.815)	_	_	(7.441)	(7.570)	_	_	_	(5.903)	(2.119)	(163.848)	(223.557)

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Col	ntroladora
	2012	2011
ICMS	634	634
Imposto de renda e contribuição social (i)	7.895	16.663
CÓFINS (i)	3.775	11.824
PIS (i)	965	2.589
INSS (ii)	19.224	34.166
ISS	5.563	5.883
Outros	112	105
	38.168	71.864

(i) Os valores de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS, são originários, principalmente, das retenções determinadas pela Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, que afetam todas as receitas oriundas da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

(ii) O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto, atualmente, pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Companhia compensou parte dos impostos a recuperar com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro a recolher, respectivamente nos montantes de R\$ 133.892 e R\$ 58.727 (R\$ 114.848 e R\$ 53.332 em 2011), apresentando os saldos líquidos das compensações em seu

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre o Lucro são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Os valores credores líquidos registrados em 2012 nos montantes de R\$ 2.637 e R\$ 2.387, para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre o Lucro, respectivamente, (R\$ 3.282 e R\$ 664 em 2011 respectivamente), foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para: contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias), devedores duvidosos, despesas de pessoal (reajuste e abono salarial do quadro de marítimos), participação de empregados nos lucros - PLR e diferença entre a depreciação contábil com base no CPC 27 e a fiscal com base na IN SRF 162/98. Os efeitos destes impostos foram integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Con	<u>troladora</u>	Consolidad		
	2012	2011	2012	2011	
Ativo não circulante					
Provisão para contingências	21.844	16.822	21.844	16.822	
Provisão para devedores duvidosos	4.319	3.124	4.319	3.124	
Provisão para despesas de pessoal	_	22.321	_	22.321	
Provisão para PLR	64.467	89.730	64.467	89.730	
Provisão para perda com incentivos fiscais (i)	5.752	5.749	5.752	5.749	
Benefício Fiscal - PAT (ii)	21.721	_	21.721	_	
Passivo atuarial - plano Petros 2	29.230	_	29.230	_	
Passivo não circulante					
Diferença depreciação - revisão de vida útil de navios	(118.461)	(130.237)	(118.461)	(130.267)	
Diferença depreciação - revisão de vida útil de braços de					
carregamento de Terminais	(24.228)	(14.858)	(24.228)	(14.858)	
Diferença depreciação - revisão de vida útil de tanques e					
dutovia de Suape	(5.696)	_	(5.696)	_	
Leasing Ataulfo Cartola	(3.746)	_	(3.746)	_	
Alíquota vigente - %	34	34	34	34	
Impostos diferidos	(5.024)	(3.946)	(5.024)	(3.946)	
(i) Paneficias de incentivos fisacia dedutívois comente para fina	do contribuio	ão opoial			

(i) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de contribuição social. (ii) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de imposto de renda

A administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da solução final das contingências e eventos.

A reconciliação dos encargos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2012 e 2011 estão apresentados a seguir:

	Col	<u>itroiadora</u>
	2012	2011
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e		
administradores	1.039.502	945.969
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(353.430)	(321.629)
Adições/exclusões permanentes, líquidas	8.171	(2.134)
Incentivos fiscais	6.765	6.337
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	5.430	_
Outros	4.208	948
Despesa com formação de provisões para imposto contribuição social	(328.856)	(316.478)
IR e CSLL correntes	(327.778)	(294.483)
IR e CSLL diferidos	(1.078)	(21.995)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	31,64	33,45

A despesa de impostos sobre o lucro apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R\$ 3.219 relativa aos impostos sobre o lucro apurado pela controlada FIC BV durante o exercício de 2012.

12. INVESTIMENTO EM CONTROLADA - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado da Fronape International Company - FIC. Essa companhia, sediada nas Ilhas Cayman, tem como objetivo a exploração de transporte por meio de embarcações. A FIC Cayman, por sua vez, é controladora integral da Fronape International Company BV - FIC BV, sediada

na Holanda e atua também na exploração de transportes marítimos (vide Nota explicativa nº 17). Movimentação dos saldos

	2012	2011
No início do exercício	137.303	95.559
Equivalência patrimonial	55.244	17.859
Amortização do ganho apurado na venda dos navios (ii)	29.933	5.958
Variação cambial acumulada em investimento no exterior (i)	<u>16.986</u>	17.927
No fim do exercício	239.466	137.303

(i) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial no processo de conversão registrada em

(ii) Refere-se a realização do valor residual do ganho apurado em 2009 na venda dos navios Ataulfo e Cartola Alves pela FIC Cayman para terceiros no valor de R\$ 65.724 (vide Nota explicativa nº 17).

13. IMOBILIZADO

	Controladora				Consolidado			
			2012	2011			2012	2011
Vida útil estimada		Depreciação				Depreciação		
em anos	Custo	acumulada	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	Custo	acumulada	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
25	31.354	(12.351)	19.003	20.341	31.353	(12.350)	19.004	20.341
5 - 10	403.698	(220.564)	183.134	66.943	403.698	(220.564)	183.134	66.943
	829.460	(239.254)	590.206	501.743	891.667	(277.184)	614.483	524.919
25	1.927.284	(582.331)	1.344.953	526.734	2.242.134	(601.529)	1.640.604	526.734
	12.177	` <u> </u>	12.177	12.177	12.177	` <u> </u>	12.177	12.177
	1.031.178	_	1.031.178	1.139.096	1.031.158	_	1.031.158	1.139.096
	820.491	_	820.491	696.385	820.492	_	820.492	696.385
	161.342	_	161.342	169.276	185.551	_	185.551	177.622
25				305.607				275.654
	5.216.984	(1.054.500)	4.162.484	3.438.303	5.618.230	(1.111.627)	4.506.603	3.439.870
	<u>em anos</u> 25	em anos Custo 25 31.354 5 - 10 403.698 6 - 10 829.460 25 1.927.284 12.177 1.031.178 820.491 820.491 161.342 25	em anos Custo acumulada 25 31.354 (12.351) 5 - 10 403.698 (220.564) 6 - 10 829.460 (239.254) 25 1.927.284 (582.331) 12.177 - 1.031.178 - 820.491 - 161.342 - 25 -	Vida útil estimada em anos Custo 25 Depreciação acumulada (12.351) Líquido 19.003 5 - 10 403.698 (220.564) 183.134 6 - 10 829.460 (239.254) 590.206 25 1.927.284 (582.331) 1.344.953 12.177 — 12.177 1.031.178 — 1.031.178 820.491 — 820.491 161.342 — 161.342 — — —	Vida útil estimada em anos Custo acumulada Depreciação acumulada Líquido Líquido Líquido Líquido 5 - 10 403.698 (220.564) 183.134 66.943 6 - 10 829.460 (239.254) 590.206 501.743 25 1.927.284 (582.331) 1.344.953 526.734 12.177 - 12.177 12.177 1.031.178 - 1.031.178 1.139.096 820.491 - 820.491 696.385 161.342 - 161.342 169.276 25 - - - 305.607	Vida útil estimada em anos Custo acumulada Líquido acumulada <td>Vida útil estimada em anos Custo 25 Depreciação acumulada Líquido 19.003 Líquido 20.341 Custo 31.353 Depreciação acumulada 5 - 10 403.698 (220.564) 183.134 66.943 403.698 (220.564) 6 - 10 829.460 (239.254) 590.206 501.743 891.667 (277.184) 25 1.927.284 (582.331) 1.344.953 526.734 2.242.134 (601.529) 12.177 - 12.177 12.177 12.177 - 1.031.178 - 1.031.178 1.139.096 1.031.158 - 820.491 - 820.491 696.385 820.492 - 161.342 - 161.342 169.276 185.551 - 25 - - 305.607 - - -</td> <td>Vida útil estimada em anos Custo Custo Depreciação acumulada Acumulada Líquido Líquido Líquido Custo Depreciação acumulada Acumulada Líquido Líquido 5 - 10 403.698 (220.564) 183.134 66.943 403.698 (220.564) 183.134 6 - 10 829.460 (239.254) 590.206 501.743 891.667 (277.184) 614.483 25 1.927.284 (582.331) 1.344.953 526.734 2.242.134 (601.529) 1.640.604 12.177 - 12.177 12.177 12.177 - 12.177 1.031.178 - 1.031.178 1.139.096 1.031.158 - 1.031.158 820.491 - 820.491 696.385 820.492 - 820.492 161.342 - 161.342 169.276 185.551 - 185.551 25 - - - 305.607 - - - -</td>	Vida útil estimada em anos Custo 25 Depreciação acumulada Líquido 19.003 Líquido 20.341 Custo 31.353 Depreciação acumulada 5 - 10 403.698 (220.564) 183.134 66.943 403.698 (220.564) 6 - 10 829.460 (239.254) 590.206 501.743 891.667 (277.184) 25 1.927.284 (582.331) 1.344.953 526.734 2.242.134 (601.529) 12.177 - 12.177 12.177 12.177 - 1.031.178 - 1.031.178 1.139.096 1.031.158 - 820.491 - 820.491 696.385 820.492 - 161.342 - 161.342 169.276 185.551 - 25 - - 305.607 - - -	Vida útil estimada em anos Custo Custo Depreciação acumulada Acumulada Líquido Líquido Líquido Custo Depreciação acumulada Acumulada Líquido Líquido 5 - 10 403.698 (220.564) 183.134 66.943 403.698 (220.564) 183.134 6 - 10 829.460 (239.254) 590.206 501.743 891.667 (277.184) 614.483 25 1.927.284 (582.331) 1.344.953 526.734 2.242.134 (601.529) 1.640.604 12.177 - 12.177 12.177 12.177 - 12.177 1.031.178 - 1.031.178 1.139.096 1.031.158 - 1.031.158 820.491 - 820.491 696.385 820.492 - 820.492 161.342 - 161.342 169.276 185.551 - 185.551 25 - - - 305.607 - - - -

Movimentação do custo						
,				Co	ontroladora	
		Movimentação				
				Transfe-		
	31/12/2011	<u>Adições</u>	Baixas	rências	31/12/2012	
Edificações e benfeitorias	31.354	_	_	_	31.354	
Equipamentos e outros bens	271.847	26.171	(57.263)	162.943	403.698	
Benfeitorias em bens de terceiros	646.488	1.753	(20.788)	202.007	829.460	
Navios	1.141.314	41.541	(106.765)	851.194	1.927.284	
Terrenos	12.177	_		_	12.177	
Projetos de expansão Promef	1.139.096	699.422	_	(807.340)	1.031.178	
Reforma de tanques em andamento	696.385	394.390	_	(270.284)	820.491	
Outras obras em andamento	169.276	139.594	(9.008)	(138.520)	161.342	
Arrendamento de navios (Nota 17)	583.200		<u>(583.200</u>)	<u> </u>		
, ,	4.691.137	1.302.871	<u>(777.024</u>)		5.216.984	
		Controladora				
		Movimentação				

		Controlador				
			Mov	<u>/imentação</u>		
				Transfe-		
	31/12/2010	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>rências</u>	31/12/2011	
Edificações e benfeitorias	28.761	_	_	2.593	31.354	
Equipamentos e outros bens	264.308	15.134	(34.022)	26.427	271.847	
Benfeitorias em bens de terceiros	368.891	2.439	(21.723)	296.881	646.488	
Navios	866.108	_	(16.501)	291.707	1.141.314	
Terrenos	12.177	_	`	_	12.177	
Projetos de expansão Promef	887.348	451.709	_	(199.961)	1.139.096	
Reforma de tanques em andamento	572.220	282.812	_	(158.647)	696.385	
Substituição de braços de carregamento				,		
em andamento	135.059	_	_	(135.059)	_	
Outras obras em andamento	136.587	156.630	_	(123.941)	169.276	
Arrendamento de navios (Nota 17)	583.200	_	_		583.200	
,	3.854.659	908.724	(72.246)		4.691.137	
				Co	nsolidado	
			Mov	<u>vimentação</u>		
				Transfo.		

Equipamentos e outros bens 271.847 26.171 (57.263) 162.943 403.698 Benfeitorias em bens de terceiros 698.609 6.398 (33.152) 219.812 891.667 Navios 1.141.314 79.782 (106.765) 1.127.803 2.242.134 Terrenos 12.177 - - - 12.177 Projetos de expansão Promef 1.139.096 699.402 - (807.340) 1.031.158 Reforma de tanques em andamento 696.385 394.391 - (270.284) 820.492 Outras obras em andamento 177.642 174.050 (9.007) (157.134) 185.551 Arrendamento de navios (Nota 17) 517.476 - - (517.476) -					rransie-	
Equipamentos e outros bens 271.847 26.171 (57.263) 162.943 403.698 Benfeitorias em bens de terceiros 698.609 6.398 (33.152) 219.812 891.667 Navios 1.141.314 79.782 (106.765) 1.127.803 2.242.134 Terrenos 12.177 - - - 12.177 Projetos de expansão Promef 1.139.096 699.402 - (807.340) 1.031.158 Reforma de tanques em andamento 696.385 394.391 - (270.284) 820.492 Outras obras em andamento 177.642 174.050 (9.007) (157.134) 185.551 Arrendamento de navios (Nota 17) 517.476 - - (517.476) -		31/12/2011	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	rências (i)	31/12/2012
Benfeitorias em bens de terceiros 698.609 6.398 (33.152) 219.812 891.667 Navios 1.141.314 79.782 (106.765) 1.127.803 2.242.134 Terrenos 12.177 - - - 12.177 Projetos de expansão Promef 1.139.096 699.402 - (807.340) 1.031.158 Reforma de tanques em andamento 696.385 394.391 - (270.284) 820.492 Outras obras em andamento 177.642 174.050 (9.007) (157.134) 185.551 Arrendamento de navios (Nota 17) 517.476 - - (517.476) -	Edificações e benfeitorias	31.353	_	_	_	31.353
Navios 1.141.314 79.782 (106.765) 1.127.803 2.242.134 Terrenos 12.177 - - - 12.177 Projetos de expansão Promef 1.139.096 699.402 - (807.340) 1.031.158 Reforma de tanques em andamento 696.385 394.391 - (270.284) 820.492 Outras obras em andamento 177.642 174.050 (9.007) (157.134) 185.551 Arrendamento de navios (Nota 17) 517.476 - - (517.476) -	Equipamentos e outros bens	271.847	26.171	(57.263)	162.943	403.698
Terrenos	Benfeitorias em bens de terceiros	698.609	6.398	(33.152)	219.812	891.667
Projetos de expansão Promef 1.139.096 699.402 - (807.340) 1.031.158 Reforma de tanques em andamento 696.385 394.391 - (270.284) 820.492 Outras obras em andamento 177.642 174.050 (9.007) (157.134) 185.551 Arrendamento de navios (Nota 17) 517.476 - (517.476) - (517.476) - (517.476)	Navios	1.141.314	79.782	(106.765)	1.127.803	2.242.134
Reforma de tanques em andamento	Terrenos	12.177	_		_	12.177
Outras obras em andamento	Projetos de expansão Promef	1.139.096	699.402	_	(807.340)	1.031.158
Arrendamento de navios (Nota 17)	Reforma de tanques em andamento	696.385	394.391	_	(270.284)	820.492
	Outras obras em andamento	177.642	174.050	(9.007)	(157.134)	185.551
<u>4.685.899</u> <u>1.380.194</u> <u>(206.187)</u> <u>(241.676)</u> <u>5.618.230</u>	Arrendamento de navios (Nota 17)	517.476			(517.476)	
	,	4.685.899	1.380.194	(206.187)	(241.676)	5.618.230

				Co	<u>nsolidado</u>		
	_	Movimentação					
				Transfe-			
	31/12/2010	Adições	<u>Baixas</u>	rências	31/12/2011		
Edificações e benfeitorias	28.761	_	_	2.592	31.353		
Equipamentos e outros bens	264.308	15.133	(34.023)	26.429	271.847		
Benfeitorias em bens de terceiros	397.016	7.580	(29.829)	323.842	698.609		
Navios	866.108	_	(16.500)	291.706	1.141.314		
Terrenos	12.177	_		_	12.177		
Projetos de expansão Promef	887.348	451.709	_	(199.961)	1.139.096		
Reforma de tanques em andamento	572.220	282.812	_	(158.647)	696.385		
Substituição de braços de carregamento				,			
em andamento	135.059	_	_	(135.059)	_		
Outras obras em andamento	140.292	188.252	_	(150.902)	177.642		
Arrendamento de navios (Nota 17)	517.476	_	_		517.476		
,	3.820.765	945.486	(80.352)	_	4.685.899		

Depreciação

				Transfe-	
	31/12/2011	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>rências</u>	31/12/2012
Edificações e benfeitorias	(11.013)	(1.338)	_	_	(12.351)
Equipamentos e outros bens	(204.904)	(72.272)	56.612	_	(220.564)
Benfeitorias em bens de terceiros	(144.745)	(108.541)	14.032	_	(239.254)
Navios	(614.579)	(44.001)	76.249	_	(582.331)
Arrendamento de navios (Nota 17)	(277.593)	<u>(5.401</u>)	<u>282.994</u>		
	<u>(1.252.834</u>)	<u>(231.553</u>)	<u>429.887</u>		(1.054.500)
				С	<u>ontroladora</u>
			Mov	<u>vimentação</u>	
		31/12/2010	<u>Adições</u>	Baixas	31/12/2011
Edificações e benfeitorias		(9.675)	(1.338)	_	(11.013)
Equipamentos e outros bens		(168.950)	(80.860)	44.906	(204.904)
Benfeitorias em bens de terceiros		(74.486)	(78.646)	8.387	(144.745)
Navios		(610.453)	(15.882)	11.756	(614.579)
Arrendamento de navios (Nota 17)		(264.530)	(13.063)		(277.593)
		<u>(1.128.094</u>)	<u>(189.789</u>)	65.049	<u>(1.252.834</u>)

Arrendamento de navios (Nota 17)		(264.530) (1.128.094)	(13.063) (189.789)	65.049	(277.593) (1.252.834)
			,		onsolidado
			Mo	<u>vimentação</u>	
				Transfe-	
	31/12/2011	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	rências (i)	31/12/2012
Edificações e benfeitorias	(11.013)	(1.337)	_	_	(12.350)
Equipamentos e outros bens	(204.904)	(72.273)	56.613	_	(220.564)
Benfeitorias em bens de terceiros	(173.690)	(129.889)	26.395	_	(277.184)
Navios	(614.579)	(63.199)	76.249	_	(601.529)
Arrendamento de navios (Nota 17)	(241.823)	(2.988)		244.811	
	(1.246.009)	(269.686)	159.257	244.811	<u>(1.111.627</u>)
				C	<u>onsolidado</u>

	Consolidado						
		Movimentação					
	31/12/2010	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	31/12/2011			
Edificações e benfeitorias	(9.675)	(1.338)	_	(11.013)			
Equipamentos e outros bens	(168.951)	(67.522)	31.569	(204.904)			
Benfeitorias em bens de terceiros	(94.536)	(108.984)	29.830	(173.690)			
Navios	(610.453)	(15.882)	11.756	(614.579)			
Arrendamento de navios (Nota 17)	(234.720)	(7.103)		(241.823)			
	<u>(1.118.335</u>)	(200.829)	73.155	<u>(1.246.009</u>)			

(i) Os saldos residuais apurados nas colunas de transferência no consolidado em 2012 referem-se a transferência do direito de uso das embarcações Ataulfo Alves e Cartola registradas da Transpetro para sua controlada FIC BV durante o exercício de 2012. O valor líquido apurado de R\$ 3.135 refere-se a variação cambial ocorrida na operação. Salientamos que não houve movimentação de caixa decorrente da referida transação.

Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques, definidas e atestadas pela Gerência Geral de Engenharia, têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

- 1. Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2012, foram
- contabilizados em "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 270.284 (R\$ 158.647 em 2011). 2. Os gastos com reabilitação de tanques, cujas obras ainda não foram concluídas, foram contabilizados em
- "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 394.390 (R\$ 282.812 em 2011). 3. O Plano de Inspeção Anual, elaborado pela Gerência Geral de Engenharia, atrelado ao PAN - Plano Anual de Negócio - estima gastos no montante de R\$ 413.248 a serem capitalizados durante o exercício de 2013.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento dos navios Ataulfo Alves e Cartola, operados pela Transpetro desde 2002, foram classificados até março de 2012, em atendimento à Lei nº 11.638/07 complementada pelo CPC 06, como contratos de arrendamento mercantil financeiro, reconhecidos como ativo imobilizado, depreciados com base na vida útil econômica, e as parcelas a vencer do contrato de arrendamento no passivo circulante e não circulante com base em seu valor presente, distribuído segundo sua natureza em principal, amortizável ao longo da vigência dos contratos, conforme Nota explicativa nº 17.

Redução ao valor recuperável - Impairment

A frota de navios da Transpetro é composta por 41 navios (frota atual - 39 Transpetro e 2 FIC-BV), que posteriormente serão somados aos 42 navios (PROMEF 1 e2) e 20 comboios (PROMEF Hidrovia). A Administração da Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências de perda de recuperabilidade de seus ativos. Na elaboração do fluxo de caixa da frota de navios definida pela Companhia como unidade geradora de caixa, foram consideradas, basicamente, as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil do navio que é de 25 anos, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual, que tem vida útil menor, e a expectativa de início de operação dos demais.
- Moeda: Dólares (US\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2012.
- \bullet Taxa de desconto: a taxa de desconto dos navios pertencentes ao PROMEF Hidrovia e PROMEF 1 e 2 foram ponderadas com a participação de 90% de dívida captada junto ao BNDES à taxa de 2,5% + TJLP (ver tópico anterior). Desta forma, o fluxo de caixa foi descontado a taxa de 4,29%, ponderada a uma estrutura que considera 10% de recursos próprios e 90% de recursos de terceiros (BNDES). Para os navios da Frota Atual foi considerado uma estrutura de financiamento de 100% de capital próprio e uma taxa de desconto de 8,26% calculado pela metodologia de CAPM ("Capital Asset Pricing Model").
- · Receita bruta: a receita foi projetada com base na taxa de frete diária, definida por contratos que são renovados anualmente com a Petrobras. Essa taxa varia de um navio para outro com base na capacidade de armazenamento e transporte. A Administração considerou no cálculo das receitas duas paradas (docagem) de 30 dias cada a cada cinco anos.
- Deduções: PIS e COFINS à taxa de 9,25%.
- · Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, manutenção e encargos, sendo que considerados os custos atuais da Frota.
- Depreciação: os navios que irão entrar em operação (PROMEF Hidrovia e PROMEF 1 e 2) são depreciados à taxa de 4% ao ano (vida útil de 25 anos).
- · Os navios da Frota Atual foram depreciados considerando o saldo de imobilizado, a depreciação acumulada e a respectiva taxa de depreciação
- A depreciação dos investimentos em manutenção (docagem) foi estimada pelo período de 2,5 anos, conforme
- Investimentos: os investimentos referem-se à manutenção dos navios (docagem) que ocorrem a cada 2 vezes a cada 5 anos, além dos investimentos para a construção dos navios PROMEF Hidrovias e PROMEF 1 e 2.
- · IRPJ e CSSL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IR e CS) aplicada ao lucro antes dos impostos

A análise dos fluxos de caixa trazidos a valor presente, comparados com o valor contábil indicou que em relação aos ativos testados permanece a capacidade de geração de entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo. Logo, nenhuma provisão para perda se fez necessária no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Controladora

Imposto retido na fonte e imposto sobre incentivos (i)	24.249	20.388
ICMS a pagar	30.612	26.558
ISS a recolher	14.496	13.095
INSS a recolher	9.609	4.492
Contribuições trabalhistas a recolher	17.196	9.119
PASEP e COFINS a recolher	27.131	19.417
Outros	870	7.085
	124.163	100.154

2012

Controladora e consolidado

2011

(i) Em 31 de dezembro de 2012 o saldo refere-se, principalmente: R\$ 14.591 (R\$ 18.199 em 2011) impostos de renda sobre folha de pagamento e R\$ 6.512 a impostos sobre incentivos fiscais em processo de aprovação.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

(a) Processos judiciais provisionados

			Iddold C CC	1100114440
	2012	Adições	Baixas	2011
Processos judiciais trabalhistas	15.844	7.101	(1.626)	10.369
Processos judiciais cíveis	3.402	468	(726)	3.660
Processos judiciais tributários	2.598	182	(378)	2.794
Total provisionado no passivo não circulante	21.844	7.751	<u>(2.730</u>)	16.823
		Contro	ladora e co	nsolidado
	2011	Adições	Baixas	2010
Processos judiciais trabalhistas	10.369	4.535	(5.577)	11.410
Processos judiciais cíveis	3.660	757	(1.048)	3.951
Processos judiciais tributários	2.794	2.771	(1.421)	<u>1.445</u>
	16.823	8.063	(8.046)	<u>16.806</u>
(b) Processos judiciais não provisionados				

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstramos a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas.

Ações	2012	2011
Cíveis	12.453	37.750
Trabalhistas (i)	61.683	83.926
Tributárias (ii)	370.768	198.494
	444.904	320.170

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2012 segregados por esfera estão informados abaixo: (i) Trabalhistas

Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
Terceirização de funcionários	31.022	902 processos
Verbas rescisórias	21.481	254 processos
Demais ações	9.180	75 processos
	61.683	·
(ii) Tributários		

(a) Processo nº 0511598-36.2011.4.02.5101 referente a ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional em razão dos créditos tributários relacionados às Declarações de Imposto de Renda nos exercícios de 2006 e 2008. A Administração da Companhia aguarda o julgamento dos embargos à execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído à causa o valor de R\$ 106.811

Processos de execução fiscal impetrados pela Receita do Estado do Espírito Santo decorrentes da inscrição em dívida ativa de autuações efetuadas por aquele Estado sob a alegação da falta de escrituração dos livros de registro de inventário relativos aos exercícios de 2004 à 2008 dos terminais de Vitória, Norte Capixaba e Regência. A Administração da Companhia aguarda manifestação da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo acerca dos Embargos à Execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído às causas os valores de R\$ 30.438, R\$ 30.203, R\$ 59.036, R\$ 40.022, R\$ 62.969 e R\$ 18.214, respectivamente.

16. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição mista. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2012, a quantidade de participantes total do plano é de 4.520 (4.500 ativos e 20 assistidos), e as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 39.688 (R\$ 4.451 em 2011).

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia utilizou-se de avaliação atuarial para identificação do passivo atuarial a ser registrado. Entretanto, como a adesão foi em dezembro de 2011 e o cálculo também estava posicionado em dezembro, não houve serviço passado a ser provisionado, sendo a obrigação atuarial imaterial naquela data. Devido a adesão dos participantes ao plano Petros 2 terem ocorrido preponderantemente em 2012, os impactos atuariais foram calculados para a data base 31 de dezembro de 2012 e registrados diretamente em contrapartida

Em 31 de dezembro de 2012 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 29.230 sendo a conciliação dos valores reconhecidos a seguinte: 24/42/2042

Valor presente da obrigação de benefício definido	<u>31/12/2012</u> 42.832
Valor justo dos ativos do plano	(13.602)
Passivo atuarial líquido	29.230
A movimentação do passivo atuarial líquido pode ser assim demonstrada:	
	31/12/2012
Em 1º de janeiro de 2012	
Impacto decorrente da implementação do plano de benefícios	
Em 31 de dezembro 2012	29.230

16.1. Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação dos riscos inerentes ás diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira.

A composição dos ativos dos planos é como seque:	
	31/12/2012
Renda fixa	1.132
Renda variável	12.076
Investimentos imobiliários	68
Outros ativos	326
	13.602

16.2. Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de Benefício - Petros 2
Taxa de desconto ao ano	9,353%
Taxa de retorno de ativos	9,353%
Crescimento salarial	9,508%
Inflação	5,4%
Taxa de reajuste de benefício do plano	5,4%
Fator capacidade	100%
Hipóteses demográficas	
Tabua de Mortalidade	AT -2000, 80% masculina e 20% feminina
Tabua de Mortalidade de inválidos	AT-49 masculina
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição familiar - ativos (*)	80% casados e cônjuges 4 anos mais novos
Composição familiar - assistidos (*)	Família informada no cadastro

16.3. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício pós- emprego, considerando o incremento e redução em 1% p.p. na taxa de desconto:

		2012
	Cenário I taxa de	Cenário II e taxa de
	desconto atuarial 10,35%	desconto atuarial 8,35%
Impacto no valor presente das obrigações	(9.616)	14.365

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Arrendamento mercantil financeiro

Em outubro de 2002, a controlada FIC concluiu a venda a terceiros dos navios aliviadores "Cartola" e "Ataulfo Alves" com um ganho equivalente a R\$ 65.724. Em novembro de 2002, esses mesmos navios foram afretados à Transpetro por meio de contratos de "Bareboat Charter Party", pelo prazo de 9 anos e 6 meses, e sub-afretados à Petrobras, no regime "Time Charter Party", por prazo equivalente.

Por força da Lei nº 11.638/07, complementada pelo CPC 06, estes navios passaram a ser apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2008, como arrendamento mercantil financeiro é, consequentemente, reconhecidos como ativo imobilizado e depreciados com base em sua vida

O registro contábil inicial na Controladora levou em consideração o custo de aquisição histórico no montante de R\$ 583.200, que incluiu o ganho equivalente a R\$ 65.724 auferido pela FIC em 2002. A Administração entendeu que a operação se caracterizou como um retroarrendamento e, como consequência, eliminou, para fins de consolidação, a parcela de R\$ 26.159 do ganho total da FIC a ser diferida até o final do arrendamento mercantil com base no disposto no CPC 06.

Em 2 de fevereiro de 2012, a Diretoria Executiva da Petrobras, amparada pelo Contrato de compra (Purchase Undertaking Deed) exerceu a opção de compra "call notice", com a liquidação antecipada do saldo dos contratos de afretamento dos navios Ataulfo Alves e Cartola, designando a Fronape International Company BV - FIC BV, como compradora. Em 8 de março de 2012 a Fronape International Company BV adquiriu a propriedade O direito de uso dessas embarcações, registrados no ativo imobilizado da Transpetro, foi carreado pelo exer-

cício da opção de compra pela FĆ BV mediante indicação da Petrobras e o saldo do direito de uso registrado na Transpetro no montante de R\$ 265.806 foi transferido para FIC BV a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, a ser convertido ao capital em até 120 dias a contar do encerramento do exercício em que foi pactuado, conforme aprovada pela Diretoria em 20 de dezembro de 2012.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 2.723 (R\$ 6.972 em 2011) relativo a despesas financeiras, R\$ 2.988 (R\$ 17.928 em 2011) relativo à despesa de depreciação de R\$ (2.546) (R\$ 5.834 em 2011) referente à variação cambial decorrente do reconhecimento inicial do passivo relacionado contrato de leasing financeiro dos navios Cartola e Ataulfo Alves em função da Lei nº 11.638/07 e CPC 06.

Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

A FIC, subsidiária integral da Transpetro, possui uma frota de 18 navios em operação arrendados de terceiros em contratos de afretamento de navios a casco nu do tipo "Bareboat Charter Party". Esses contratos de arrendamento foram assinados entre 2002 e 2012 com valores de pagamentos diários de aproximadamente US\$ 16 mil (equivalentes a R\$ 32,64 mil) e possuem prazos de vigência entre 10 e 15 anos.

Por exigência da Transpetro junto aos arrendadores, de forma a garantir a continuidade das operações, foram incluídas cláusulas de opção de compra dos navios ao término de cada contrato. Estes valores foram estipulados com base em cotações de mercado à época e não caracterizavam preços de barganha nas datas de assinatura dos contratos. Adicionalmente, o programa de renovação da frota em sua segunda fase, prevê a construção de sete navios do tipo aliviadores de posicionamento dinâmico, assim como os navios da FIC em operação, porém com recursos e tecnologia mais avançados e apropriados às necessidades atuais da operação. Desta forma, a Transpetro possui a intenção de substituir os navios existentes ao término de cada contrato e de não exercer as opções de compra estabelecidas nos contratos destes sete navios.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2012 destes contratos estão segregados da seguinte forma, tal como determina a Deliberação CVM Nº 645/10 (CPC 06):

	vaior presente dos		Pagamentos
	pagamentos mínimos	_ Juros	futuros mínimos
Até um ano	364.659	1.977	366.636
De dois a cinco anos	1.411.121	43.061	1.454.182
Acima de cinco anos	1.751.702	161.741	1.913.442

Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

(a) Navios arrendados à Petrobras

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party" com a Petrobras, onde a frota principal de 39 navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro. Esses contratos são negociados anualmente e utilizados como base para definição do fluxo de recebimentos dos exercícios seguintes.

Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2013, estão estimados da seguinte forma:

· ·	Valor presente dos		Recebimentos
	pagamentos mínimos	<u>Juros</u>	futuros mínimos
Até um ano	602.527	23.126	625.653

(b) Navios arrendados pelas controladas (FIC Cayman e FIC BV) A atual frota das empresas controladas (FIC Cayman e FIC BV), composta de 20 navios (sendo 18 afretados

e 2 próprios), é disponibilizada às operações da PNBV e da Petrobras, em contratos de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party". Esses contratos foram assinados entre 2002 e 2012, com prazo de vigência entre 10 e 15 anos e valores de afretamento que são renegociados ao final de cada ano. Os valores diários vigentes em 2012 variam entre US\$ 28 mil (equivalentes a R\$ 57,2 mil) e US\$ 59,3 mil (equivalentes a R\$ 121,17 mil). Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2012 estão estimados da seguinte forma em milhares de dólares:

	vaior presente dos		Recedimentos
	pagamentos mínimos	<u>Juros</u>	futuros mínimos
Até um ano	354.470	1.935	356.406
De dois a cinco anos	1.380.342	42.100	1.422.441
Acima de cinco anos	1.539.362	139.223	1.678.586
Os valores a serem recebidos nodem variar de acordo	com as flutuações do mer	cado do a	fretamento

Os valores a serem recebidos podem variar de acordo com as flutuações do mercado de afretamento.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

(a) Capital social O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 está representado por 2.946.300.407

ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto (2.464,466,128 em 2011).

Em 29 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 392.000, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.072.466 para R\$ 2.464.466 mediante a emissão de 392.000.000 ações ordinárias, em função da integralização do saldo remanescente de dividendos a pagar de 2010.

Em 20 de agosto de 2012, foi aprovada através da Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social mediante a emissão de 481.834 ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.464.466 para R\$ 2.946.300. O referido aumento ocorreu mediante a integralização dos seguintes montantes: saldo remanescente de dividendos a pagar de 2011 no valor total de R\$ 358.920, saldo parcial da reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 101.462 e totalidade do saldo de reserva de incentivos fiscais de exercícios anteriores no montante de R\$ 21.452.

(b) Reservas

(b.1) Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei nº 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sóciedades por Ações, incluído pela Lei nº 11.638/07, a partir de 01de janeiro de 2008.

No exercício de 2012, foi destinado ao resultado o valor de R\$ 16,228 (R\$ 9,681 em 2011) referente aos incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da SUDENE e SUDAM, após aprovação destes órgãos, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento

· Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída em 1999, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 10.303/01, com parcela do resultado de equivalência patrimonial em controlada, que será transferida para lucros acumulados e computada no cálculo do dividendo obrigatório quando do recebimento de dividendos da controlada.

 Reserva de retenção de lucros É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia de acordo com o

artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está sendo efetuada uma retenção de lucros, no montante de R\$ 402.225 (R\$ 229.415 em 2011), que se destina aos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2013, a ser aprovado na Assembleia Geral de Acionistas.

(b.2) Reservas de capital

Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR). originadas de destinações de parte de seu imposto de renda dos anos de 1999 e 2000





CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

(c) Remuneração aos acionistas

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de dividendos relativa ao exercício de 2011, aprovada pelo acionista na reunião do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2012 e deliberada através da Assembleia Geral Ordinária, foi de R\$ 358.920 (R\$ 0,15 por ação), que correspondeu a 61 % do lucro líquido ajustado do exercício. Em 20 de agosto de 2012, através de Assembléia Geral Extraordinária, esses dividendos foram convertidos em aumento de capital

A proposta de dividendos relativa ao exercício de 2012, que estará sendo encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação do seu acionista na reunião do Conselho de Administração de 30 de janeiro de 2013 e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária, é de R\$ 256.660 (R\$ 0,09 por ação), que corresponde a 38,95 % do lucro líquido ajustado do exercício.

Os dividendos do exercício de 2012 e 2011 foram calculados conforme se segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	710.646	629.491
Lucro líquido do exercício(–) Reserva legal	(35.533)	(31.475)
(–) Reserva de incentivos fiscais	(16.228)	(9.681)
Base de cálculo	658.885	588.335
Dividendos propostos (38,95% em 2012)	256.660	358.920
Dividendos mínimos - Passivo circulante	164.721	147.084
Dividendo adicional proposto - Patrimônio líquido	91.939	211.836
19. RESULTADO POR AÇÃO		
	2012	2011
Lucro atribuível ao acionista controlador	710.646	629.491
Quantidade de ações	2.946.300	2.464.466
Resultado por ação ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder		
dos acionistas em cada período	0,27	0,28
es escupes		

20. SEGUROS

As operações da Companhia se encontram seguradas contra termos de danos materiais, e responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte--americanos

	<u>Valor em risco</u>	Limite máximo de indenização
Danos materiais navios	2.982.251	2.982.251
Responsabilidade civil	4.500.000	4.500.000
O limite máximo de indenização confere à Companhia	a necessária cobe	ertura securitária considerando as
características do bem segurado, a probabilidade de oco	rência de sinistros	e seu valor de reposição.

21. PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS

A participação de empregados nos resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas, ou em acordos com os empregados, ou com as

Diante disso, a Transpetro adotou um programa de participação nos lucros e resultados e, em 31 de dezembro de 2012, registrou uma provisão no valor de R\$ 64.166 (R\$ 89.730 em 2011), respeitando os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controle das Empresas Estatais - CCE, conforme instruções emitidas pela Controladora (Ofício 1.939/2009-SE/MME e Oficio 703/DEST-MP)

Com relação à provisão do exercício de 2011, a Transpetro em função das negociações do acordo coletivo, que foi aprovado em 31 de março de 2012, complementou o valor da provisão em R\$ 11.315 e contabilizou tal complemento no resultado no exercício de 2012 no grupo de outras receitas e despesas operacionais (Nota 24).

6.272.408

Controladora

2011 5.758.357

Receita bruta de servicos

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida por segmento segue demonstrada:

Encargos sobre serviços Receita operacional líquida	<u>(930.225)</u> <u>5.342.183</u>	<u>(833.707)</u> <u>4.924.650</u>	(930.224) 5.905.663	<u>(833.707)</u> <u>5.204.130</u>
23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESF	ESAS OPER	RACIONAIS		
(a) Custo do serviço prestado			C	onsolidado
,,			2012	2011
Despesas de pessoal			1.025.521	839.284
Despesas com material			240.939	223.858
Despesa com serviços			1.469.553	1.407.275
Depreciação e amortização			261.694	193.013
Despesa de encargos			<u>985.448</u>	829.527
			3.983.155	3.492.957
(b) Despesas com vendas			C	onsolidado
(4) = 55 p 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5			2012	2011
Despesas de pessoal			19.730	17.584
Despesas com material			59	40
Despesa com serviços			7.138	5.745
Despesas com créditos de liquidação duvidosa			1.195	181
Depreciação			166	1.376
Despesa de encargos			2.247	1.351
			30.535	26.277
(c) Despesas administrativas				onsolidado
			2012	2011
Despesas de pessoal			356.853	286.538
Despesas com material			3.166	3.376
Despesa com services			263.615	257.313
Depreciação e amortização			18.925	14.664
Despesa de encargos			72.700	40.066
			<u>715.259</u>	<u>601.957</u>

ROLADORA)
2012	2044
2012	2011 1.129
25 248	1.129
	2.498
	2.831
	(19.772)
(- /	(37.518)
(- , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	(1.597)
(/	(1.008)
	(4.826)
`16.228 [´]	`9.681´
14.293	10.731
(60.432)	(37.851)
2012	2011
(36.152)	
(2.723)	(6.972)
(2.127)	(1.132)
<u>(41.002</u>)	(8.104)
2012	2011
49.527	60.757
	2012 25.248 6.993 2.429 (21.234) (51.195) (11.315) (5.021) (36.858) 16.228 14.293 (60.432) 2012 (36.152) (2.723) (2.127) (41.002) 2012

(i) Variação cambial referente à transferência do direito de uso em dólares americanos dos navios Ataulfo Alves e Cartola para a controlada FIC BV a título de adiantamento para futuro aumento de, vide Nota explicativa nº 17.

26. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS (EM REAIS)

Atualização monetária dividendos a pagar.....

No exercício de 2012, a maior e a menor remuneração, em reais, atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes e dirigentes, relativos ao mês de dezembro, foram de R\$ 74.504,42 e R\$ 1.483,02 respectivamente (R\$ 70.380,14 e R\$ 1.295,43 em 2011). A remuneração média naquele mês foi de R\$ 7.650,25 (R\$ 6.592,60 em 2011).

Os salários, encargos, contribuição de seguridade social e participação nos lucros da empresa totalizaram em 2012 R\$ 1.561.842 (R\$ 1.289.417 em 2011).

A remuneração atribuída a título de honorários da Diretoria e Conselho de Administração durante o exercício de 2012 montou em R\$ 7.509 (R\$ 6.795 em 2011).

27. PROMEF - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA PROMEF I

A Transpetro assinou em 2007 e 2008 contratos de compra e venda condicionada de navio com três estaleiros nacionais para a construção de vinte e três navios petroleiros e, considerando os aditivos assinados, o valor total dos contratos é de R\$ 5.618.521.

Durante o 1º trimestre de 2011 foram assinados o 4º Aditivo dos Navios Suezmax 01 (Estaleiro Atlântico Sul S.A.) e Produtos M-199, M-200, M-203 e M-204 (Estaleiro Mauá Petro-UM S.A.) no valor de R\$ 4.518.

Durante o 2º trimestre de 2012 foram assinados Aditivos dos Navios Suezmax e Aframax (Estaleiro Atlântico Sul) e no 4º trimestre de 2012 foram assinados aditivos dos 9 navios Suesmax (Estaleiro Atlântico Sul) no valor total de R\$ 1.944.

Outras receitas...

(c) Variações cambiais, líquidas

Variação cambial investida no exterior (i)......

Em 2009 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de navio com dois estaleiros nacionais para a construção de dez navios petroleiros, no valor total de R\$ 3.037.383.

Em 2010 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de navio com um estaleiro nacional para a construção de 8 navios gaseiros, o valor total dos contratos é de R\$ 917.715.

Cabe ressaltar, que os contratos assinados em abril de 2010 com a empresa Rio Nave 2010 SPE Construção Naval Ltda, foram cancelados em dezembro de 2010, em razão do descumprimento de cláusulas contratuais. Em 2012 foram assinados contratos de compra e venda condicionada de navio tipo produtos com estaleiro nacional para a construção de 8 navios, o valor total dos contratos é de R\$ 1.214.608

Durante o 2º trimestre de 2012 foram assinados Aditivos dos Navios Gaseiros (Estaleiro Promar S.A.) e no 4º trimestre de 2012 foram rescindidos os contratos referentes aos navios tipo Bunker no valor total de R\$ 110.581 com empresa Superpesa Industrial Ltda.

PROMEF HIDROVIA

PROMEF I

2012

2011

Consolidado

6.835.887

14.265

63.792

2012

35.473

(25.623)

64.990

2011

(30.958)

Controladora

2011 6.037.837

Em 2010 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de comboio com um estaleiro nacional para a construção de 20 comboios, o valor total dos contratos é de R\$ 432.316.

Durante o 2º trimestre de 2012 foram assinados Aditivos dos Comboios (Superpesa).

A captação desses recursos (PROMEF I, II e HIDROVIA) foi feita junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal S.A. com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM.

Partes responsáveis pelos aportes financeiros	Percentual de participação
Transpetro através de recursos próprios	10
BNDES e Banco do Brasil - financiamento à Transpetro	36
Estaleiro através de recursos próprios	8
BNDES e Banco do Brasil S.A financiamento aos Estaleiros	46
Partes responsáveis pelos aportes financeiros (Hidrovia)	Percentual de participação
Transpetro através de recursos próprios	10
Caixa Econômica Federal - financiamento à Transpetro	90

Os percentuais supracitados correspondem aos percentuais globais e variam entre as partes a cada etapa do

Valor

As condições estabelecidas nos contratos são demonstradas como segue

				Valoi		
(Qtd.	Tipo	Estaleiro	R\$ (mil)	Taxa de juros	Prazo
1	10	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2.850.018	TJLP + 2,5% a.a.	
Ę	5	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.266.902		
4	1	Tanque/Produto	Estaleiro Mauá-Petro UM S.A.	651.687		20 anos e carência de
4	1	Panamax	EISA-Estaleiro Ilha S.A.	<u>856.406</u>		48 meses a contar do
				5.625.013		1° saque
_		PROMEF II				•
				Valor		
(Qtd.	Tipo	Estaleiro	R\$ (mil)	Taxa de juros	Prazo
4	4	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.785.654		
3	3	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.141.147		
8	3	Gaseiros	Estaleiro Promar S.A.	917.715	TJLP + 2,5% a.a.	20 anos e carência de
8	3	Produtos	EISA-Estaleiro Ilha S.A.	1.214.608	p/nac. e 3% a.a.	48 meses a contar do
				5.059.124	p/imp	1º saque
_	PRC	<u>MEF HIDROVIA</u>				
				Valor		
(Qtd.	Tipo	Estaleiro	R\$ (mil)	Taxa de juros	Prazo
2	20	Comboios	Estaleiro Rio Tietê	432.316	TJLP + 2% a.a.	20 anos e carência de
					p/nac. e 3% a.a.	48 meses a contar do
					p/imp	1º saque
				432.316		

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

31/12/2012	31/12/2011
71.814	_
71.814	_
71.814	_
71.814	_
1.096.993	799.234
1.384.249	799.234
	71.814 71.814 71.814

As eficácias previstas nos contratos assinados com o Estaleiro Atlântico Sul S.A., Estaleiro Mauá Petro-UM S.A. e Superpesa Industrial Ltda., correspondente ao adiantamento de 5% do valor do contrato (cláusula sétima dos contratos), foram pagas pela Transpetro no valor total de R\$ 442.030, conforme abaixo

,, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
Estaleiro	Ano	Valor R\$ (mil)
Superpesa Industrial Ltda.	2010	1.754
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2010	133.723
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2009	65.507
Estaleiro Mauá Petro-UM	2008	32.847
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2007	137.556
Estaleiro Rio Tietê	2011	21.920
Estaleiro Promar S.A.	2011	48.723
		442.020

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios até dezembro de 2012 foram:

Parcelas disponibilizadas de recursos	2012	2011
Transpetro através de recursos próprios	228.268	130.590
Eficácia	442.030	445.494
BNDES e Banco do Brasil - Financiamento à Transpetro	1.265.274	707.949
Juros referente ao financiamento	178.719	91.285
Fiscalização Petrobras (*)	39.151	30.247
Outros	<u>11.765</u>	11.247
Total Transpetro	2.165.207	1.416.812
Parcelas disponibilizadas de recursos	2012	2011
Estaleiros através de recursos próprios	88.976	134.084
BNDES - Financiamento aos Estaleiros	<u>625.725</u>	772.876
Total Estaleiro	<u>714.701</u>	906.960

(*) Serviços de fiscalização executado, para acompanhamento e aprovação das construções dos navios. Em novembro de 2011 foi entregue o primeiro navio (Celso Furtado), navio tipo Produto, casco M-199, pelo estaleiro Mauá Petro-UM.

Durante o exercício de 2012 foram entregues os seguintes navios:

- maio foi entregue o segundo navio (Sérgio Buarque de Holanda), navio tipo Produto, casco M-200, pelo estaleiro Mauá Petro-UM;
- junho entregue o terceiro navio (João Cândido), navio tipo Suezmax, casco EAS-C-001, pelo Estaleiro Atlântico Sul e
- dezembro foi entregue o quarto navio (Rômulo de Almeida), navio tipo Produto, casco M-203, pelo Mauá

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Estrutura de gerenciamento de risco

Visão geral

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Demonstramos a seguir breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco e informações sobre a exposição da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais estão incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

• Estrutura do gerenciamento de risco

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê--la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, de natureza estratégica (governança e modelo de negócio), financeira (crédito, mercado e liquidez), operacional (processo, pessoal, informação, tecnologia e meio ambiente) ou de conformidade ("compliance"), garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro preocupa--se com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações. Para auxiliar este processo implementou, em 2010, ferramenta específica que efetua análise de risco no processo de criação e concessão de perfis de acesso, o GRC-AC (Governance, Risk and Compliance - Access Control).

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia (Nota 1), 99% das operações são efetuadas com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração não espera haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

(b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros ao qual a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento das taxas de juros do mercado, as despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, consequentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2012 as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior do Grupo é protegida, principalmente, pelo fato de 99% das operações com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras no exterior.

(d) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo federal, e financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.



Controladora

Controladora



BR651L

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

					min o i a a o i a
					31/12/2012
	Valor				Mais que
	<u>contábil</u>	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	5 anos
Passivos financeiros					
Partes relacionadas	151.769	151.769	_	_	_
Empréstimos e financiamentos (i)	1.430.076	116.417	161.102	508.835	1.847.949
Dividendos	164.721	164.721	_	_	_
Fornecedores	253.151	253.151	_	_	_
				C	onsolidado
					31/12/2012
	Valor				Mais que
	contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	5 anos
Passivos financeiros					
Partes relacionadas	163.848	163.848	_	_	_
Empréstimos e financiamentos (i)	1.430.076	116.417	161.102	508.835	1.847.949
Dividendos	164.721	164.721	_	_	_
Fornecedores	266.676	266.676	_	_	_

(i) Os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e parcelamentos. Estimativa de TJLP + 2,5% a.a.

As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração da Companhia.

A Administração entende não haver exposição significativa ao risco de liquidez uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades indica que os recursos existentes são suficientes para cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo junto a terceiros, na data de seus vencimentos.

28.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumarizados:

	2012	2011
Total dos empréstimos (Nota 27)	1.430.076	799.234
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(457.009</u>)	(413.522)
Dívida líquida	973.067	385.712
Total do patrimônio líquido		3.241.033
Total do capital	4.878.835	3.626.745
Índice de alavancagem financeira - %	20	11
	C	onsolidado
		01100110000
	2012	2011
Total dos empréstimos (Nota 27)		
Total dos empréstimos (Nota 27) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	2012 1.430.076	2011
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	2012 1.430.076 (634.425) 795.651	2011 799.234
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	2012 1.430.076 (634.425) 795.651 3.905.768	2011 799.234 (552.574)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	2012 1.430.076 (634.425) 795.651 3.905.768	2011 799.234 (552.574) 246.660
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	2012 1.430.076 (634.425) 795.651 3.905.768	2011 799.234 (552.574) 246.660 3.241.033

28.3. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo determinado com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2012, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na Nota explicativa nº 28, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha de crédito pública (embora específica ao segmento) e sem similaridade nacional no que se refere a disponibilidade de recursos. As taxas vigentes para contratação em 31 de dezembro de 2012 são as mesmas taxas contratadas pela Companhia para os empréstimos já existentes naquela data, de TJLP + 2,5%a.a.

A hierarquia dos valores justos dos ativos financeiros registrados como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras são classificados como de nível 2 por possuírem dados provenientes de mercado ativo (preço develos instances de la forma que seja possível acessar

diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. 28.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JUNIOR Conselheiro

JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS Conselheiro JOSÉ CARLOS CONSENZA Conselheiro OLAVO NOLETO ALVES Conselheiro de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As descrições dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial (e seus respectivos critérios de manutenção) em 31 de dezembro de 2012 estão identificadas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado dessas cotas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Transações com partes relacionadas

Estes saldos estão classificados como recebíveis e passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Contas a receber de clientes

Estes saldos estão classificados como recebíveis e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Empréstimos e financiamentos

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

-

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

28.5. Instrumentos financeiros por categoria

Cons	olidado		

			31/12/2012
	Ativos ao valor justo	Empréstimos	Outros passivos
	por meio do resultado	e recebíveis	financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	457.009	_	_
Títulos e valores mobiliários	_	52.068	_
Contas a receber de clientes, líquido	_	709.359	_
Demais ativos circulantes	_	39.690	_
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	_	_	1.430.076
Fornecedores	_	_	266.676
Dividendos	_	_	164.721
Demais contas e despesas a pagar	_	_	15.538
			31/12/2011
	Ativos ao valor justo	Empréstimos	Outros passivos
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial	por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		<u>e recebíveis</u> –	
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários	por meio do resultado	<u>e recebíveis</u> - 46.878	
Caixa e equivalentes de caixa	por meio do resultado	<u>e recebíveis</u> - 46.878 722.744	
Caixa e equivalentes de caixa	por meio do resultado	<u>e recebíveis</u> - 46.878	
Caixa e equivalentes de caixa	por meio do resultado	<u>e recebíveis</u> - 46.878 722.744	financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	por meio do resultado	<u>e recebíveis</u> - 46.878 722.744	financeiros 799.234
Caixa e equivalentes de caixa	por meio do resultado	<u>e recebíveis</u> - 46.878 722.744	financeiros 799.234 389.808
Caixa e equivalentes de caixa	por meio do resultado	<u>e recebíveis</u> - 46.878 722.744	799.234 389.808 164.721
Caixa e equivalentes de caixa	por meio do resultado	<u>e recebíveis</u> - 46.878 722.744	financeiros 799.234 389.808

28.6. Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil S.A., atualizado pela TJLP que se manteve em aproximadamente 5,50% a.a. em 2012. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2012, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 19.664 e R\$ 39.327 (R\$ 11.989 e R\$ 23.977 em 2011), respectivamente, considerando um possível aumento desta taxa.

29. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento dos pronunciamentos contábeis aplicáveis às companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

30. GARANTIAS

A Companhia mantém as seguintes cartas em 31 de dezembro de 2012:

Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião Banco do Brasil Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião Banco do Brasil Banco do Brasil Banco do Brasil A Companhia mantém ainda seguros garantia contratados em 31 de dezembro de 2012 no montante total

assegurado de R\$ 330.004 para fazer face as suas demandas judicias de natureza cível e trabalhista.

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO

AGENOR CESAR JUNQUEIRA LEITE

Diretor

CLAUDIO RIBEIRO TEIXEIRA CAMPOS

MARCELO ROSA RENNÓ GOMES
Diretor
RUBENS TEIXEIRA DA SILVA

Diretor

PAULO CESAR MARQUES - Contador CRC-RJ-27061-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

das demonstrações contabeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota explicativa nº 2.1 (b), as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme divulgado nas Notas explicativas nº 1 e 9, as operações da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de janeiro de 2012, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

SIDDHARTA PEREIRA PINTO

Presidente

Claudia Eliza Medeiros de Miranda Contadora CRC 1RJ087128/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2013

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração de 2012, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e o Orçamento de Capital para 2013, no valor de R\$ 1.564.643 mil. O Conselho Fiscal examinou, também, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2012, no valor de R\$ 710.646 mil, conforme a seguir: 1. Reserva Legal - R\$ 35.532 mil; 2. Reserva de Incentivos Fiscais - R\$ 16.228 mil; 3. Reserva de Retenção de Lucros - R\$ 402.225 mil; 4. Dividendos - R\$ 256.660 mil.

Com relação à proposta formulada pelo Conselho de Administração da Companhia (Ata da reunião de 10/01/2013, Item 06, Pauta nº 022) para aprovação de Aumento de Capital da TRANSPETRO, no valor de R\$ 256.660 mil, mediante integralização de dividendos a pagar à sua acionista única, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, do exercício de 2012, o Conselho Fiscal opina que a proposta encontra-se em condições de ser apreciada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 19 de março de 2013.

Em relação às Demonstrações Contábeis do exercício de 2011, aprovada pela Assembleia de Acionistas em 16 de março de 2012, o Conselho Fiscal não vê óbice a que a Assembleia Geral Ordinária de 19 de março de 2013 delibere sobre a ratificação do valor complementar dos dividendos destinados ao acionista relativo ao exercício social de 2011, no montante de R\$ 45.260 mil, aumentando-o de R\$ 358.920 mil para R\$ 404.180 mil. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 30 de janeiro de 2013, sem ressalvas, bem como nos trabalhos desempenhados pelo Conselho Fiscal e nas informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício, o Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 19 de março de 2013.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2013

PAULO JOSÉ ALVES

Conselheiro

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO

relheiro MARCUS PEREIRA A